

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Sistema Eletroprodutor do Tâmega é um complexo formado por três barragens e três centrais hidroelétricas, a de Daivões e Alto Tâmega, no rio Tâmega e de Gouvães no rio Torno. Neste momento apenas falta concluir a barragem do Alto Tâmega.

A barragem do Alto Tâmega, que deverá estar concluída em meados de 2024, está a ser construída entre os concelhos de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar.

A albufeira da barragem do Alto Tâmega irá provocar a retirada da ponte de arame entre as localidades de Veral, na União de Freguesias de Codeçoso, Curros e Fiães do Tâmega, no concelho de Boticas e a localidade de Monteiros, na União de Freguesias de Parada de Pensalvos e Monteiros, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

A ponte de arame, que inicialmente era contruída toda em madeira pelos habitantes destas duas localidades, tem uma extensão de 30 metros, o tabuleiro é suspenso em barrotes de madeira, pendurados por cordões de arames retorcidos.

A ameaça da ponte ser retirada pela concessionária do empreendimento elétrico está a provocar indignação na população de Veral e Monteiros. A população exige que seja encontrada uma solução para que se assegure a ligação entre as duas margens.

A população já efetuou um abaixo-assinado e manifestações em defesa da ligação entre as duas margens. Segundo a população, em declarações à imprensa, sem a ponte não haverá ligações aos terrenos agrícolas e com a alternativa rodoviária existente é necessário efetuar um trajeto de 54 quilómetros.

Segundo o Presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar “não passa pela cabeça de ninguém de bom senso não repor o que estas populações construíram”.

O Bloco de Esquerda considera fundamental que se construa uma nova ligação e que se

encontre uma solução que vá ao encontro das exigências dos habitantes de Veral e Monteiro.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Que medidas vai o governo, em parceria com as autarquias, tomar para que se garanta a ligação entre as duas localidades?
3. Vai o governo exigir à concessionária a construção de uma nova ponte?

Palácio de São Bento, 20 de março de 2023

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)